



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

TIPO DE AUDITORIA : AUDITORIA DE GESTÃO
EXERCÍCIO : 2006
PROCESSO N° : 21200000475200702
UNIDADE AUDITADA : CONAB - MATRIZ
CÓDIGO UG : 135100
CIDADE : BRASÍLIA
RELATÓRIO N° : 190666
UCI EXECUTORA : 170964

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Senhor Coordenador-Geral,

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço n.º 190666 e consoante o estabelecido na Seção I, Capítulo II da Instrução Normativa SFC n.º 01, de 06/04/2001, apresentamos os resultados dos exames realizados na gestão da Companhia Nacional de Abastecimento.

I - ESCOPO DOS EXAMES

2. Nos termos da Decisão Normativa TCU n.º 81, de 6 de dezembro de 2006, a Prestação de Contas da Companhia Nacional de Abastecimento relativa ao exercício de 2006 foi formalizada de maneira individualizada para as Superintendências Regionais de AM, CE, GO, MG, MT, PE, PR, RO e RS, e consolidada para as contas da Conab/Matriz e demais Superintendências Regionais, totalizando 10 (dez) processos distintos. Os resultados consignados neste Relatório referem-se à Prestação de Contas da Conab/Matriz, consolidando as Sureg's de AL, BA, ES, MA, MS, PA, PB, PI, RJ, RN, SC, SP e TO.

2.1 Os trabalhos foram realizados por meio de testes, análises e consolidações de informações realizadas ao longo do exercício sob exame e a partir da apresentação do processo de contas pela Unidade Auditada, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal.

2.2 Nenhuma restrição foi imposta à realização dos exames, que contemplaram os seguintes itens:

- FORMALIZAÇÃO LEGAL DA PC - PROCESSO NÃO SIMPLIFICADO;
- SUPRIMENTO DE FUNDOS - USO DE CARTÕES;

- CUMPRIMENTO ÀS RECOMENDAÇÕES DO TCU E DA CGU;
- DESPESAS REALIZADAS, RECEITAS ARRECADADAS E PATRIMÔNIO GERIDO;
- AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS;
- QUALIDADE/CONFIABILIDADE DOS INDICADORES;
- TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS;
- REGULARIDADE DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS;
- REGULARIDADE NA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS;
- ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA PRIVADA;
- ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA;
- AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS.

II - RESULTADO DOS TRABALHOS

3. Os exames realizados resultaram na identificação das constatações listadas detalhadamente no Anexo-"Demonstrativo das Constatações" e que dão suporte às análises constantes da conclusão deste Relatório de Auditoria. Os pontos listados no referido Anexo foram elaborados a partir das ações de controle realizadas durante o exercício e exame do processo de contas apresentado pela Unidade Auditada.

3.1 Em cumprimento ao disposto no Anexo I da Portaria CGU nº 61/2007, foi dada ciência das constatações que compõem o presente relatório ao dirigente da Unidade, por meio da Solicitação de Auditoria nº 190666/19, de 27/06/2007 (SA Final), encaminhada por meio do Ofício 20.473/2007/DRAGR/DR/SFC/CGU-PR, de 28/06/2007, para que sejam apresentados esclarecimentos adicionais aos obtidos durante a fase de apuração relativa às contas da Unidade em 2006. Referidos esclarecimentos, caso apresentados, serão analisados, com resultados consignados em Nota Técnica a ser posteriormente remetida ao Tribunal de Contas da União para fins de anexação ao presente processo, visando subsidiar o julgamento das contas da Unidade Jurisdicionada.

4. Verificamos no Processo de Contas da Unidade a existência das peças e respectivos conteúdos exigidos pela IN-TCU-47/2004 e pela DN-TCU-81/2006, Anexo XI.

5. Em acordo com o que estabelece o Anexo VI da DN-TCU-81/2006, e em face dos exames realizados, cujos resultados estão consignados no Anexo-"Demonstrativo das Constatações", efetuamos as seguintes análises:

5.1 ITENS REL AUDITORIA GESTÃO NÃO SIMPLIFICADO

No que tange ao processo da Conab/Matriz e 13 Sureg's, o total de ativo gerido no exercício de 2006 foi de R\$ 910.275.000,00, conforme registrado no Balanço Patrimonial à fl. 564 do processo de Prestação de Contas, tratando-se, portanto, de Prestação de Contas não Simplificada.

Neste período, o total de receita arrecadada/despesa realizada foi de R\$ 1.367.769.000,00.

5.2 AVAL. DOS RESULTADOS QUANT. E QUALITATIVOS

A Conab informou, em seu relatório de gestão de 2006, o grau de alcance das metas físicas e financeiras para as seguintes Ações dos Programas Abastecimento Agroalimentar e Gestão da Política Agropecuária, executados no âmbito da Companhia:

Programa 0352 - Abastecimento Agroalimentar

Ação: 2138 - Aquisição de Produtos para Comercialização	Previsto	Realizado	%
Físico	52.000	956	1,84
Financeiro	100.000.000	574.611	0,57

Ação: 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	Previsto	Realizado	%
Físico	20.196	14.641	72,49
Financeiro	10.355.824	10.330.642	99,76

Ação: 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	Previsto	Realizado	%
Físico	590,000	447,000	75,76
Financeiro	1.913.168	1.913.167	100,00

Ação: 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	Previsto	Realizado	%
Físico	3.366,000	3.237,000	96,17
Financeiro	4.532.173	4.032.365	88,97

Ação: 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	Previsto	Realizado	%
Físico	3.366,000	3.175,000	94,33
Financeiro	12.821.055	12.451.814	97,12

Ação 4702 - Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras	Previsto	Realizado	%
Físico	11.600	2.658	22,91
Financeiro	400.000	381.504	95,38

Ação: 2137 - Fiscalização dos Estoques Públicos de Produtos Agroalimentares	Previsto	Realizado	%
Físico	8.200.000	21.564.060	262,98
Financeiro	1.257.293	1.243.386	98,89

Ação: 2130 - Formação de Estoques Públicos	Previsto	Realizado	%
Físico	3.467.400	2.599.443	74,97
Financeiro	2.159.000.000	938.487.413	43,47

Ação: 2133 - Operacionalização da Comercialização de Produtos	Previsto	Realizado	%
Físico	35	32	91,43
Financeiro	3.800.000	3.718.371	97,85

Ação: 9491 - Operações com Cédula do Produtor Rural	Previsto	Realizado	%
Físico	57.329	37.372	65,19
Financeiro	3.967.500.000	2.527.018.439	63,69

Ação: 4710 - Organização dos Micro e Pequenos Varejistas	Previsto	Realizado	%
Físico	1.500	350	23,33
Financeiro	200.000	196.167	98,08

Ação: 2829 - Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns	Previsto	Realizado	%
Físico	40	88	220,00
Financeiro	10.000.000	9.929.145	99,29

Ação:4706 -Vistoria de Estoques Privados e das Condições de Armazenamento	Previsto	Realizado	%
Físico	250.000	0	0,00
Financeiro	200.000	191.426	95,71

Programa 0360 - Gestão da Política Agropecuária

4840 - Capacitação de Negociadores e Profissionais do Agronegócio em Comércio Exterior	Previsto	Realizado	%
Físico	100	62	62,00
Financeiro	255.556	198.342	77,61

4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	Previsto	Realizado	%
Físico	8.016	9.335	116,45
Financeiro	5.467.434	5.124.637	93,73

4696 - Estudos para a Organização e Integração das Cadeias Produtivas Agropecuárias	Previsto	Realizado	%
Físico	150	40	26,67
Financeiro	601.932	158.863	26,39

8533 - Missões Comerciais Internacionais para o Agronegócio	Previsto	Realizado	%
Físico	100	80	80,00
Financeiro	863.838	853.705	98,83

11TR - Modernização do Sistema Integrado de Informações Agropecuárias	Previsto	Realizado	%
Físico	12	12	100,00
Financeiro	14.629.595	7.715.056	52,74

4711 - Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras	Previsto	Realizado	%
Físico	6	12	200,00
Financeiro	1.000.000	984.285	98,43

2135 - Prestação de Assistência Técnica aos Beneficiários do PRODECER	Previsto	Realizado	%
Físico	613	613	100,00
Financeiro	4.840.028	4.840.028	100,00

4756 - Promoção de Exposições e Feiras Agropecuárias	Previsto	Realizado	%
Físico	45	31	68,89
Financeiro	2.212.170	1.324.205	59,86

4721 - Sistema Nacional de Difusão de Informações para o Agronegócio	Previsto	Realizado	%
Físico	1	1	100,00
Financeiro	21.369.102	18.366.655	85,95

Conforme demonstrado acima, verificou-se, quanto ao Programa 0352, duas ações finalísticas apresentaram baixo índice de execução física, se comparado à execução financeira, quais sejam: 4702 - Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras e 4710 - Organização dos Micro e Pequenos Varejistas ou o contrário, como no caso das Ações 2137 - Fiscalização dos Estoques Públicos de Produtos Agroalimentares e 2829-Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns. Verificou-se, Ainda, a falta de execução física da Ação 4706 - Vistoria de Estoques e das Condições de Armazenamento, em que pese haver realização de gastos na ordem de R\$ 191.426,00 (95,71%).

Por outro lado, no que se refere à realização das ações do Programa 0360 notou-se a execução física e financeira com índices bastante satisfatórios.

Cabe ressaltar, ainda, que não identificamos no Relatório de Gestão, informações relativas a execução das demais ações do Programa Abastecimento Agroalimentar, em que pese haver registro da Previsão e realização das mesmas no sistema Sigplan, conforme consignado no item do Anexo I deste Relatório.

É mister destacar ainda que de acordo com as Demonstrações Financeiras do exercício de 2006, fls 603 do processo de prestação de contas, o resultado do exercício da Companhia é o conjunto da movimentação econômica das operações realizadas com estoques envolvendo a execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, operações oriundas de contratos de opções, agricultura familiar e aquisição de alimentos para doação. As demais operações são representadas pelas atividades de armazenagem e de administração. Verifica-se, de acordo com as demonstrações financeiras, que no exercício de 2006, a Companhia apurou lucro após a contribuição social e o imposto de renda, na ordem de R\$ 665.933,88, conforme quadro a seguir.

ATIVIDADES	RESULTADO (R\$)
Resultado das Operações com Estoques Públicos	9.189.114,48
Resultados das Demais Operações	(8.523.180,60)
Resultado da Conab	665.933,88

RECOMENDAÇÃO: 001

Com o fito de dar transparência aos programas/ações executados no âmbito da Conab, assim como preservar a fidedignidade dos dados do sistema Sigplan, recomendamos à Conab que, ao elaborar o seu Relatório de Gestão, detalhe a previsão/execução física e financeira de todas as ações governamentais inerentes ao Programa Abastecimento Agroalimentar, identificando-as por código, em ordem seqüencial, após a confirmação dos dados registrados no Sigplan.

RECOMENDAÇÃO: 002

Quanto a execução do Programa 0352 - Abastecimento Agroalimentar, recomendamos à Conab buscar uma adequação maior entre a execução física e financeira das suas ações finalísticas.

5.3 QUALIDADE/CONFIABILIDADE DOS INDICADORES

Nos termos do Relatório do Gestor os indicadores de maior relevância estão relacionados ao aspecto econômico-financeiro e aqueles vinculados ao Balanço Social, PPA e Planejamento Estratégico. A seguir, apresentamos os resultados afetos a cada um desses indicadores.

Balanço Social

Nos termos do Relatório do Gestor, fls. 235, as metas e os indicadores utilizados pela Companhia são corporativos e de âmbito nacional, somente em algumas situações é possível identificar a contribuição de cada Superintendência Regional.

	2006 Valor (R\$ Mil)	2005 Valor (R\$ Mil)
Receita Líquida	746.846	266.290
Resultado Operacional	980	-13.766
Folha de Pag.Bruta (FPB)	224.787	189.877

Indicadores Econômico-Financeiros:

a) Quocientes de Liquidez

Liquidez Geral-LG

Liquidez Corrente - LC

Liquidez Seca - LS

Liquidez Imediata -LI

Nos termos do Relatório do Gestor, fls. 237, verifica-se que os resultados dos indicadores são evidenciados mediante a comparação temporal de 31/12/06 e 31/12/05, retratam a situação econômica-financeira da Companhia com base nos registros contábeis, contemplando inclusive, as contas relativas às operações governamentais (estoques reguladores e estratégicos, mercado de opções e agricultura familiar). De acordo com o Relatório do Gestor, em 31/12/2006, a Conab mantinha em disponibilidade 0,02 do total de suas obrigações de curto prazo, tendo permanecido no mesmo patamar de 31/12/05 (liquidez absoluta ou imediata). De acordo com a Conab esse fato decorreu em face de a Companhia ter decidido, no encerramento do exercício de 2006, manter em seu disponível um montante menor em 16,82% do que o conservado em 2005 (R\$ 44,92 milhões para R\$ 37,3 milhões), enquanto as suas obrigações a curto prazo aumentaram 8,93%, ou seja, de R\$ 2.260.744.737,71 para R\$ 2.462.632.460,47).

Quanto ao índice em liquidez geral, verifica-se no Relatório do Gestor, que também não teve alteração e foi influenciado pelo acréscimo de 8,93% no total do passivo circulante e exigível a longo prazo (2005 para 2006), precisamente na rubrica Débitos de Operações Especiais (recursos repassados pelo governo para os convênios), sobre o total e 8,97%, também de acréscimo, ocorrido no montante do ativo circulante mais o realizável a longo prazo.

Verifica-se no Relatório do Gestor que em 31/12/05, para cada R\$ 1,00 de dívidas de curto prazo, a Companhia dispunha de R\$ 1,07 de disponibilidade de bens e direitos de curto prazo, permanecendo essa relação com o mesmo índice em 31/12/2006 (liquidez corrente).

Por fim, verifica-se, ainda, no Relatório do Gestor que os índices têm por meta medir a capacidade de pagamento da Companhia, ou seja, quanto em direitos (R\$ no ativo) existe para honrar cada R\$ 1,00 de compromisso assumido.

Indicadores de Endividamento e Estrutura

De acordo com o Relatório do Gestor, fl. 237, "na relação da participação de capital de terceiros sobre o capital próprio da Conab, ocorreu de 2005 para 2006, um acréscimo de 0,55 (5,631 para 6,18). Constata-se que o passivo circulante representa 80,48% do total constante no passivo, cabendo ao patrimônio líquido 19,52%. É válido mencionar que 66,84% do passivo circulante (R\$ 1.912.587.653,06) está representado por débitos em operações especiais, que representam recursos a serem repassados pelo Governo para obrigações decorrentes de convênios.

De acordo, ainda, com o Relatório do Gestor, fl. 238, a Imobilização de recursos permanentes, teve aumento de 0,01% em relação ao exercício anterior. No que se refere à composição do endividamento, a Conab constata que o total das obrigações junto a terceiros concentra-se no curto prazo, fato constatado tanto em 31/12/2005 como também em 31/12/2006. Tal cenário, segundo a Conab, não deixa de ser uma característica do setor no qual está inserido a Companhia.

Indicadores de Atividades e de Rentabilidade

De acordo com o Relatório do Gestor, fl. 238, "comparativamente a 2005, as receitas líquidas de vendas e serviços e as receitas operacionais diversas tiveram acréscimos de 180,46% e 17,16% subindo de R\$ 266.290.394,12 para R\$ 746.845.808,47, e de R\$ 303.097.834,52, para R\$ 355.106.713,49, respectivamente. Situação idêntica tiveram o ativo médio e o ativo circulante nos percentuais de 21,58 e 25,64, permanecendo no mesmo patamar de R\$ 0,13 giro do ativo (2005/2006) e uma variação, a maior em R\$ 0,1 de 2005 para 2006 (R\$ 0,14 para R\$ 0,15) o indicador de giro do ativo circulante."

Por sua vez, verifica-se que o lucro operacional teve uma redução de 107,12% (do resultado negativo de R\$ 13.766.135,67 para R\$ 980.267,56 positivo), enquanto a receita operacional líquida teve uma redução de 75,08% (de (-) R\$ 36.673.535,77 para (-) R\$ 9.139.396,49). Já o lucro líquido teve um aumento de 105,31% (de R\$ 12.573.092,75, negativo, para R\$ 668.073,01 positivo). Essas alterações implicaram nas variações de R\$ 0,38 para 9-) R\$ 0,11 na margem operacional e de R\$ 0,34 para (-) R\$ 0,07 na margem líquida.

Indicadores Vinculados ao PPA

Os indicadores vinculados ao PPA definidos para verificar o alcance do Programa de Abastecimento Agroalimentar, são os a seguir relacionados, cuja responsabilidade pela apuração é do Gerente Executivo do Programa:

Indicador 1 - Produção Nacional de Grãos

A previsão para a produção nacional de grãos safra 2005/2006 foi de 121,4 milhões. Os números finais, apurados pela Conab, mostram um volume produzido de 119,9 milhões de toneladas. A variação, a menor, de 1,25% em relação à meta, segundo a Conab, foi consequência principalmente de problemas climáticos.

Indicador 2 - Taxa de Variação da Renda dos Produtores Agropecuários
De acordo com o Relatório do Gestor, fl. 239, para 2006, o valor ainda não foi fechado pelo IBGE, e, se repetir o comportamento do último trimestre de 2006 o PIB agropecuário deverá ficar em torno de R\$ 141.740 milhões, representando uma redução equivalente a 3% em relação a 2005.

Indicador 3 - Taxa de Participação dos Produtos da Agricultura Familiar nas Aquisições do Governo Federal

Verifica-se no Relatório do Gestor que o índice apurado foi de 3,79%, sendo que o total de aquisições da agricultura familiar, via convênio com o MDA, foi de 102.315 toneladas e as demais aquisições governamentais, via AGF, envolveram 2.599.443 toneladas de diversos produtos agrícolas.

Indicadores 4 a 7 - Margem de Disponibilidade de algodão em pluma, 5 Margem de Disponibilidade de arroz em casca, 6 Margem de Disponibilidade de trigo e 7 Margem de Disponibilidade de milho. Nos termos do Relatório do Gestor verifica-se que, em relação às previsões efetuadas pelo PPA para 2006, apenas o algodão em pluma superou as expectativas delineadas em 2004, sendo que a margem de disponibilidade estimada para arroz em casca, milho e trigo em grãos atingiu os índices previstos.

De acordo com a Conab comparando-se o consumo aparente dos produtos em análise e os estoques governamentais destes produtos a situação é a seguinte:

Algodão: os estoques públicos (4.957,6 t) representam 1,36% do estoque final e correspondem a 2 dias do consumo aparente.

Arroz em casca: 93,6% do estoque final é governamental (1.106.000 t), correspondendo a 31 dias do consumo aparente.

Milho: 70,6% do estoque final apurado em 2006 pertence ao Governo Federal ou seja 3.184.818 t, correspondendo a 31 dias do consumo aparente.

Trigo: os estoques governamentais (5.664,3 t) representam 1,2% do estoque final existente em 2006 e correspondem a 0 dia de consumo aparente.

Indicador 8 Indicadores Vinculados ao Planejamento Estratégico No tocante aos Indicadores vinculados ao Planejamento

Estratégico, o Relatório de Auditoria nº 190709, exercício de 2006, trata dos resultados dos exames realizados na gestão do Projeto de Cooperação Técnica - PNUD BRA 03/034 - Programa de Revitalização da Conab, executado sob a responsabilidade da Conab, ocorridos no período de 01jan2006 a 31dez2006.

Em seu item 3.1.1.2, registramos no tocante ao Objetivo 1 - Implantação de sistema de avaliação do desempenho, que o Mapa Estratégico havia sido construído, incluindo a definição dos objetivos estratégicos, metas, indicadores de avaliação, bem como as iniciativas prioritárias que deveriam ser implementadas com vista ao atendimento dos objetivos e da gestão estratégica da Companhia.

Registrou-se, também, que a ferramenta que irá permitir o controle e avaliação das metas previstas havia sido adquirida e instalada, e que as iniciativas na matriz da Companhia haviam sido implementadas. E, que, ao longo do período haviam sido realizadas três Reuniões de análise estratégica, sendo a última em setembro de 2006, com vistas ao acompanhamento, verificação e validação dos indicadores tendo sido promovidos os ajustes necessários. Com isso, foi registrado que houve um retardamento no desdobramento da metodologia de planejamento nas unidades gerenciais que deverá ser levado a efeito durante o ano de 2007.

5.4 TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

No exercício de 2006, a Conab firmou, na condição de concedente, apenas um convênio (SIAFI nº 572144), assinado no mês de outubro com a Fundação Arthur Bernardes (FUNARBE), tendo como objeto o treinamento, aperfeiçoamento e capacitação de pessoas ligadas ao setor de produção e armazenamento agrícola, empregados da Conab ou de pessoas por ela indicadas, bem como a realização de seminários, aprimoramento de material didático dos cursos e produção de boletins, etc. Este assunto encontra-se registrado no item 4.3.1.1, Constatação (01) do Anexo - Demonstrativo das Constatações.

5.5 REGULARIDADE DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

A tabela abaixo fornece os totais dos valores dos processos licitatórios analisados, dentro do universo, por modalidades de licitação:

Modalidade de Licitação	Empenho Liquidado (R\$)	Valor analisado (R\$)	% valor sobre total
Convite	282.069,11	0	0
Tomada de preço	1.296.322,63	60.969,81	4,70
Concorrência	3.736.081,99	72.000,00	1,93
Dispensa de licitação	4.875.711,76	149.642,83	3,07
Inexigível	25.093.339,16	111.216,21	0,44
Não se aplica	246.850.931,43	1.289.700,5	0,52
Pregão	15.134.565,44	496.078,26	3,28

Da análise dos processos, foram verificadas as seguintes constatações:
 - Impropriedades na formalização das aquisições com dispensa de licitação, tais como processo de compra não atuado e ausência de documentos de regularidade fiscal. (Item 4.1.1.2 do Anexo I)
 - Prestação de serviços por parte da Fundação Getúlio Vargas sem respaldo contratual. (Item 4.2.3.1 do Anexo I)

RECOMENDAÇÃO: 001

Com vistas à regularização das impropriedades expomos e recomendamos à Conab que atente para o fiel cumprimento da lei 8.666/93, no que pertine ao art.38, caput, atuando os processos relativos às dispensas de licitação e instruindo-os com a documentação legal exigida. Recomendamos ainda que a Companhia se abstenha de realizar pagamentos sem cobertura contratual, agindo com estrita observância à Lei 8.666/93, parágrafo único do artigo 60 e caput do artigo 62.

5.6 REGULARIDADE NA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

Para o exercício de 2006, a entidade contava com 3.320 (três mil, trezentos e vinte) empregados, sendo 2.492 (dois mil, quatrocentos e noventa e dois) em efetivo exercício e 710 (setecentos e dez) cedidos a outros órgãos da Administração Pública, nos termos da Lei nº 10.470/2002 e do Decreto nº 4.050/2001. Foram admitidos, no ano de 2006, 161 (cento e sessenta e um) empregados, por meio de concurso público.

No que pertine as constatações verificadas durante a auditoria de avaliação da gestão, foram observados os seguintes fatos:

- Existência de divergência nos registros de empregados entre o sistema SIAPE e o sistema de Pessoal da Conab - VETOR (item 3.1.1.1 do Anexo I);
- Existência de inconsistência nos registros de frequência de empregado lotado na Superintendência Regional da Conab no Estado do Ceará (item 3.2.1.1 do Anexo I);
- Ausência de registro e acompanhamento no sistema SISAC, da admissão de novos empregados da Companhia, fato regularizado no corrente exercício (item 3.1.2.1).

5.7 ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Constatamos a ausência de supervisão bem como falta de fiscalização no CIBRIUS - Instituto Conab de Seguridade Social, por parte da

Conab enquanto patrocinadora, em desacordo com o artigo 25 da Lei Complementar nº 108/2001. A referida constatação está consignada no item 3.4.1.1 do Anexo I deste Relatório.

5.8 CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO TCU

Da consulta no site do Tribunal e Contas da União e de acordo com informações da Conab/Matriz, durante o exercício de 2006, foram emitidos os Acórdãos nºs 933/2006-1ª Câmara, 1.083/2006-1ª Câmara e 1.386/2006-1ª Câmara.

As providências adotadas pela Companhia com relação às determinações do Tribunal de Contas da União - TCU, descritas nos itens 2.1 a 2.2.15 do Acórdão nº 1.386/2006 - 1ª Câmara, item 9.2.2 do Acórdão nº 933/2006 - Plenário e Acórdão nº 1.083/2006-1ª Câmara, bem como sobre outras determinações, além das descritas anteriormente, foram abordadas no item 5.1.1.1 do Anexo I a este Relatório.

5.9 RECURSOS EXTERNOS/ORGANISMOS INTERNACIONAIS

A gestão do Projeto de Cooperação Técnica - PNUD BRA 03/034 - Programa de Revitalização da Conab, foi tratado no Relatório de Auditoria nº 190709/2007, tendo sido detectadas impropriedades que não resultaram em dano ao Erário.

5.10 ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA

O Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna PAAAI/2006 e o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna RAAAI/2006 da Conab foram apresentados com base na Instrução Normativa SFC/MF nº 01/2001 e na Instrução Normativa CGU nº 02/2002.

Conforme consignado no RAAAI/2006, a Coordenadoria de Auditoria Interna da Conab realizou 27 auditorias na Matriz e Sureg's, sendo 1 administrativa, 11 de balanço, 11 contábil/financeira e 4 operacionais.

Por meio da SA nº 190666/18, solicitamos à Conab apresentar quadro detalhado dos itens apontados com respectivas recomendações no Relatórios de auditoria interna nºs 1, 7, 8, 9, 11, 12, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 27 e 30, emitidos para a Matriz e as Sureg's BA, SP, RJ, PA, MS, SC, PI, MA, TO, RN, ES e PB, indicando, ainda, o que se encontra pendente de regularização.

Em resposta, por meio do Ofício Presi nº 207, de 10/05/2007, informando que o produto dos trabalhos realizados no exercício de 2006 e consignados nos relatórios acima deram origem a 143 (cento e quarenta e três) recomendações das quais permanecem pendentes de solução 20 (vinte), que vêm sendo acompanhadas, em follow-up pela Coaud/Conab, relacionadas a seguir:

RELATÓRIOS Nºs	RECOMENDAÇÕES PENDENTES
07	54.1 Recomendamos à SUREG/BA que continue acompanhando o assunto, mantendo a AUDIN informada. 54.2 Recomendamos à SUREG/BA a evolução do assunto, mantendo a AUDIN informada. 54.3 Recomendamos à SUREG/BA informar a AUDIN quando da regularização e fornecimento das Certidões, para fins de comprovação/controle.
08	57.1. Recomendamos à Sureg/SP, informar as providências

	<p>que vêm sendo tomadas objetivando a solução das pendências.</p> <p>58.1. Recomendamos à Sureg/SP informar as providências de cobranças adotadas para os casos acima.</p> <p>65.1. Recomendamos informar as providências de cobranças adotadas, sem prejuízo da inscrição no CADIN, observada a legislação pertinente.</p>
09	<p>71.1. Recomendamos à Sureg/RJ que, caso configure prejuízo aos cofres públicos, pela falta de ressarcimento ou recuperação desse valor, seja apurada a responsabilidade pelo preenchimento incorreto dos documentos de arrecadação e pela conseqüente inscrição da Conab em Dívida Ativa da União.</p>
16	<p>103.3. Recomendamos à DIAFI/SUCON avaliar e orientar a Sureg/SC, se for o caso, a reclassificar o registro contábil citado.</p> <p>104.2. Recomendamos à SUREG/SC que seja feita a checagem e compatibilização sistemática dos controles operacionais com os contábeis, e sugerimos à GEOPE encaminhar mensalmente à GEFAD o Relatório com a posição atualizada dos saldos das CPRs.</p>
19	<p>128.1. Recomendamos à Sureg/TO, analisar a situação de cada cliente, fazer cumprir os termos do decreto nº 1102, de 01/11/1903, proceder as cobranças e inscrever no CADIN e SIRCOI, se for o caso.</p>
22	<p>140.1. Reiteramos à Sureg/RN a recomendação quanto à necessidade do processo ser avaliado pela Prore/Proge quanto às reais possibilidades de ressarcimento à Conab, devendo após ser encaminhado à Diafi com vistas à possível baixa contábil.</p> <p>141.1. Recomendamos à Sureg/RN, analisar os saldos dos ex-empregados e transferí-los para a conta Ativo Circulante Realizável a Longo prazo.</p> <p>141.1. Recomendamos à Secof, analisar e proceder a baixa contábil dos valores que foram processados na folha de pagamento.</p> <p>141.2. Recomendamos à Sureg/RN, analisar os saldos dos ex-empregados e transferí-los para a conta Ativo Circulante Realizável a Longo prazo.</p> <p>142.1. Reiteramos a recomendação dirigida à Sureg/RN, à época, no que concerne a atentar para os prazos de 30 dias (SIRCOI) e 75 dias (CADIN), objetivando proceder a elaboração do registro de inadimplência - RI, daqueles que não quitarem os seus débitos.</p> <p>143.1. Recomendamos que a Sureg/RN analise a posição informada por aquele Escritório, e juntamente com o mesmo, adote todas as providências necessárias para resgatar aos cofres da Conab os valores devidos.</p> <p>145.1. Recomendamos à Sureg/RN agilizar os procedimentos necessários à solução definitiva da pendência.</p> <p>146.1. Recomendamos que a Sureg/RN agilize a conclusão do trabalho de apuração, com vistas à regularização da pendência contábil.</p>
30	<p>176.1,176.2,178.1,179.1,181.1. De acordo com informações obtidas na Conab este relatório está sob avaliação da Auditoria Interna da Companhia.</p>

Ademais, consta às fls. 627 à 632 do processo de Prestação de Contas, o Parecer da Unidade de Auditoria Interna avaliando os atos de gestão praticados durante o exercício de 2006, os indicadores de desempenho aplicados, as demonstrações contábeis, financeiras e patrimoniais da Empresa, cumprimento das metas previstas no PPA e LDO, controles

internos administrativos, atuação dos Conselhos Fiscal e de Administração e cumprimento às recomendações daquela Coaud, desta CGU e do TCU, emitidas durante o exercício em questão.

RECOMENDAÇÃO: 001

Recomendamos à Conab que encaminhe os resultados efetivos quanto à implementação das recomendações dos Relatórios nºs 7 (itens 54.1 a 54.3), 8 (57.1, 58.1 e 65.1), 9 (71.1), 16 (103.3 e 104.2), 19 (128.1), 22 (140.1, 141.1, 141.2, 142.1, 143.1, 145.1, 146.1), e 30 (176.1, 176.2, 178.1, 179.1 e 181.1), após parecer prévio da Coordenadoria de Auditoria Interna/Coaud/Conab.

5.11 CONCESSÃO DE DIÁRIAS

Foram analisados 94 (noventa e quatro) pedidos de adiantamento de despesa com deslocamento a serviço - ADDS, formalizados entre 2 de janeiro e 30 de setembro de 2006 e agrupados em 30 (trinta) PCDDS, envolvendo finais de semana.

O resultado da análise está registrado no item 3.3.1 do Anexo I deste Relatório.

5.12 SUPRIMENTO DE FUNDOS - USO DE CARTÕES

A Conab está desobrigada de utilizar Cartão de Pagamento do Governo Federal por se tratar de empresa pública, não sendo atingida pelo Decreto nº 5.355/2005.

Ressalte-se, no entanto, que o Órgão normatizou rotina interna, por analogia à legislação aplicável a suprimento de fundos, pra realizar despesas por dispensa de licitação limitadas a R\$ 200,00, conforme registrado no item 6.2.3.3 do Anexo I deste Relatório.

5.13 CONTEÚDO ESPECÍFICO

No que tange ao item 15 da parte II do Anexo X da DN/TCU nº 81/2006, verificamos que não foram registradas irregularidades nos relatórios de auditoria atinentes às 9 (nove) Superintendências da Conab, desconsolidadas no exercício de 2006.

5.14 CONSTATAÇÕES QUE RESULTARAM EM DANO AO ERÁRIO

As constatações verificadas estão consignadas no Anexo-'Demonstrativo das Constatações', não tendo sido identificada pela equipe ocorrência de dano ao erário.

III - CONCLUSÃO

Tendo sido abordados os pontos requeridos pela legislação aplicável, submetemos o presente relatório à consideração superior, de modo a possibilitar a emissão do competente Certificado de Auditoria, a partir das constatações levantadas pela equipe, que estão detalhadamente consignadas no Anexo-"Demonstrativo das Constatações" deste Relatório.

Brasília, 29 de junho de 2007.



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

CERTIFICADO DE AUDITORIA

CERTIFICADO N° : 190666
UCI EXECUTORA : COORDENAÇÃO-GERAL DE AUDITORIA DA ÁREA DE
AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
CÓDIGO DA UCI : 170964
EXERCÍCIO : 2006
PROCESSO N° : 21200.000475/2007-02
UNIDADE AUDITADA : CONAB - MATRIZ
CÓDIGO : 135100
EXERCÍCIO : 2006
CIDADE : BRASÍLIA/DF

Foram examinados, quanto à legitimidade e legalidade, os atos de gestão dos responsáveis pelas áreas auditadas, praticados no período de 01Jan2006 a 31Dez2006.

2. Os exames foram efetuados por seleção de itens, conforme escopo do trabalho definido no Relatório de Auditoria constante deste processo, em atendimento à legislação federal aplicável às áreas selecionadas e atividades examinadas, e incluíram provas nos registros mantidos pelas unidades, bem como a aplicação de outros procedimentos julgados necessários no decorrer da auditoria. Os gestores citados no Relatório estão relacionados nas folhas 0007 a 0141, deste processo.

3. Diante dos exames aplicados, de acordo com o escopo mencionado no parágrafo segundo, consubstanciados no Relatório de Auditoria de Avaliação da Gestão n.º 190666, houve gestores cujas contas foram certificadas como regulares com ressalvas. Os fatos que ensejaram tal certificação foram os seguintes:

3.4.1.1

Ausência de supervisão no Cibrius, bem como falta de fiscalização nesse Instituto por parte da Conab enquanto patrocinadora.

3.2.1.1

Inconsistência nos registros de frequência de 1 (um) empregado lotado na Superintendência Regional da Conab no Estado do Ceará.

4.2.1.1

Prestação de serviços sem respaldo contratual, gerando uma obrigação à Conab no valor de R\$16.086,00 no exercício de 2006.

5.2.3.5

Valores pendentes de regularização referente a pagamentos indevidos, danos ou perdas, multas e juros e créditos a receber.

Brasília, 29 de Junho de 2007.

VARCIOLINO DE SOUSA DIAS
COORDENADOR-GERAL DE AUDITORIA - DRAGR/DR/SFC/CGU-PR



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

RELATÓRIO N° : 190666
UNIDADE AUDITADA : CONAB Matriz
CÓDIGO DA ENTIDADE: 135100
EXERCÍCIO : 2006
PROCESSO N°: 21200.000475/2007-02
CIDADE : BRASÍLIA/DF

PARECER DO DIRIGENTE DE CONTROLE INTERNO

Em atendimento às determinações contidas no inciso III, art. 9º da Lei n.º 8.443/92, combinado com o disposto no art. 151 do Decreto n.º 93.872/86 e inciso VIII, art. 14 da IN/TCU/N.º 47/2004 e fundamentado no Relatório, acolho a conclusão expressa no Certificado de Auditoria, cuja opinião foi pela **REGULARIDADE COM RESSALVA** da gestão dos responsáveis relacionados no item 3.1 do Certificado de Auditoria e pela **REGULARIDADE** da gestão dos demais responsáveis, referentes ao período de 01/01/2006 a 31/12/2006.

2. As questões objeto de ressalvas foram levadas ao conhecimento dos gestores responsáveis, para manifestação, conforme determina a Portaria CGU n.º 555, de 28 de dezembro de 2006, que aprovou a Norma de Execução n.º 03, de 28 de dezembro de 2006, e estão relacionadas em tópico próprio do Certificado de Auditoria. As manifestações dos Gestores sobre referidas questões constam do Relatório de Auditoria. Por meio da Solicitação de Auditoria(SA Final), foi solicitado ao dirigente da Unidade esclarecimentos adicionais aos obtidos durante a fase de apuração relativa às contas da Unidade em 2006. Referidos esclarecimentos, caso apresentados, serão analisados, com resultados consignados em Nota Técnica a ser posteriormente remetida ao Tribunal de Contas da União para fins de anexação ao presente processo, visando subsidiar o julgamento das contas da Unidade Jurisdicionada.

3. Desse modo, o processo deve ser encaminhado ao Ministro de Estado supervisor, com vistas à obtenção do Pronunciamento Ministerial de que trata o art. 52, da Lei n.º 8.443/92, e posterior remessa ao Tribunal de Contas da União.

Brasília, 29 de junho de 2007.

MAX HERREN
DIRETOR DE AUDITORIA DA ÁREA DE PRODUÇÃO E EMPREGO